



O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO: SILENCIAMENTOS E CONTRADIÇÕES

Alexandre Souza Cavalcante¹

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o funcionamento discursivo do Programa Escola sem Partido na atual conjuntura política brasileira e seus efeitos de sentido a partir de dizeres materializados no Projeto de lei Nº 193/2016, de autoria do Senador Magno Malta (PR-ES). O PL, inspirado no anteprojeto elaborado pelo “Movimento escola sem partido”, liderado pelo Advogado Miguel Nagib, tem o propósito de combater a “doutrinação política e ideológica” em sala de aula e inibir a suposta “usurpação” do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos.

Pretendemos demonstrar, à luz dos dispositivos teóricos e analíticos da Análise do Discurso (AD) Pêcheuxiana, como a pretensa neutralidade discursiva defendida pelo Programa Escola sem Partido é um efeito de evidência ideológico que dissimula o seu caráter material de sentido e assim sua vinculação à formação ideológica do capital, além de verificar quais sentidos são silenciados nesse processo discursivo. Partirmos da noção de discurso como “práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitam a sua objetivação” (MAGALHÃES, 2003, p.75).

Criado em 2004, o Movimento escola sem partido vem ganhando força – sobretudo após as jornadas de Junho, em 2013 - no conturbado cenário político nacional, palco de constantes ataques à classe trabalhadora que sofre com as ameaças de perdas de direitos duramente conquistados ao longo da história. Medidas como a aprovação da PEC 55, a reforma do ensino médio, as reformas trabalhista e da previdência, somadas ao PL em questão, se apresentam, no meio de sociabilidade capitalista em que vivemos, fundado na exploração do homem pelo homem e no antagonismo de classe, como meios necessários para garantir que os interesses da classe dominante sejam preservados. Essas medidas têm como pano de fundo a crise estrutural do capital, que vem se desenvolvendo e se intensificando desde a década de 70, e são maneiras que o capital – entendido como matriz da sociabilidade burguesa – encontra para melhor administrar essa crise.

A educação, nesse contexto, assume papel importante na manutenção dos privilégios da classe dominante. De um modo geral, podemos dizer que no Brasil a educação não vem atendendo as exigências e necessidades da sociedade atual e isso se dá, segundo Tonet (2007), em função das transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas. Passamos, de acordo com o autor, de um modo de produção fordista-taylorista (baseado na produção em série e em larga escala), onde cabia à educação, dentro de um caráter predominantemente informativo, formar profissionais que atendessem as mínimas exigências desse modo de produção, para um modelo produtivo que visa

¹ Mestrando em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista CAPES. (alexandresouzac60@gmail.com).



uma formação “polivalente”, onde os profissionais precisam realizar tarefas diversas e buscarem constantemente qualificações para se manterem competitivos no mercado.

Com a intensificação da crise do Capital a educação passará a ser financiada por políticas públicas neoliberais através de organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), assumindo a função essencial de formar os indivíduos para o mercado de trabalho. Na ótica neoliberal, a educação é entendida não como um direito social, mas como um serviço, um produto a ser consumido.

Essa lógica, que impõe à educação um caráter mercadológico, deixa suas marcas nas palavras do criador do Movimento Escola sem Partido, Miguel Nagib, ao afirmar, em Audiência Pública no Senado Federal realizada em 01/09/2016, que o programa toma como base o código de defesa do consumidor. Através dos dispositivos teóricos e analíticos da Análise do Discurso podemos perceber uma identificação desse dizer com um discurso que atribui valores de mercado à educação e a vincula à uma Formação Ideológica do capital.

É a partir dessas condições de produção que podemos entender o funcionamento do discurso do projeto Escola sem Partido. Segundo os entusiastas e idealizadores do movimento, o programa é 100 % apartidário e apenas cumpre determinações legais expostas na própria Constituição Federal, na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre outros. É, segundo sua lógica, portanto, um programa neutro. Entendemos, porém, que a evidência de sentido nesse discurso produz um efeito ideológico que, conforme Orlandi (2009, p.45), “não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção”.

Tomaremos como materialidade discursiva a ser analisada, nesse caso, um recorte do PL 193/2016 a fim de nos aproximarmos do caráter material dos sentidos produzidos.

SD: Art. 2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios:

I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;

II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico;

[...]

O princípio I, ao qual a educação deve atender, se coloca como uma medida para assegurar a imparcialidade do ensino e prevenir a prática de doutrinação política, ideológica e religiosa na escola. Para Cavalcante (2007, p.81), “é impossível pensar a educação como uma atividade neutra, uma vez que toda ação educativa é consciente e intencional, pois se dá sempre em função de uma concepção de homem e sociedade”. O que busca, então, o Escola sem Partido (ESP) ao propor uma educação “neutra”? Entendemos que essa pretensa neutralidade é uma forma de silenciar posições.

Partimos do entendimento de que não existe discurso neutro, ou imparcial, uma vez que “ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa” (FLORENCIO et al., 2009).

As condições de produção do discurso do ESP, como parte da crise estrutural do capital e de sua reestruturação produtiva revelam, nesse sentido, sua filiação às políticas neoliberais. Na conjuntura atual, os grupos políticos ligados ao programa, de um modo geral, têm sua principal



representatividade nos setores conservadores da burguesia empresarial, da bancada militar do congresso que prega a volta da Ditadura e, com o apoio da bancada evangélica, defende o discurso da família tradicional cristã, da moral e dos bons costumes. É desse lugar que o discurso do ESP é produzido.

É possível afirmar, dessa forma, que tal discurso se identifica, a partir do lugar de inscrição dos seus dizeres, com a Formação Ideológica do capital em oposição a Formação ideológica do trabalho, uma vez que é no discurso que as Formações Ideológicas – compreendidas como o lugar com o qual o sujeito se identifica e a partir do qual ele enuncia (toma posição) – se materializam. Nas palavras de Orlandi (2009, p.38): “todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. [...] o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia.

Os dizeres da SD em questão, a partir do princípio de neutralidade, produzem efeitos de sentido de “educação democrática” e “igualitária”, onde a escola é palco de disseminação do “pluralismo de ideias” (princípio II). Estabelece-se, dessa forma, uma política de consenso, de unidade, de conciliação de classes e de estabilização dos sentidos. Segundo Orlandi (2007,p.18), existe, no dizer, um “reconhecimento de que se tem necessidade da ‘unidade’ para pensar a diferença”. Nesse movimento, a linguagem, ao significar o mundo, estabiliza os sentidos produzindo um efeito de unicidade e homogeneização. É na ilusão da unidade que se produz o efeito de evidencia dos sentidos (o sentido verdadeiro, correto, literal). Orlandi, diante dessas questões, argumenta que a “unidade” é construída imaginariamente e, conforme Pêcheux, “a forma unitária é o meio essencial da divisão e da contradição”.

A evidencia de um sentido único – o de escola neutra e democrática – não nos deixa perceber o apagamento de certos discursos “indesejáveis”. Instaura-se o que Orlandi (2007, p. 73) chama de *política do silêncio*, que se define “pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. Silencia-se, nesse caso, qualquer discurso político e pedagógico que se oponha à posição ideológica que o Programa Escola sem Partido ocupa.

Através de um movimento parafrástico, podemos evidenciar, desse modo, que o discurso do ESP, ao propor um modelo de educação “neutro”, alinha-se com as ideias da escola tecnicista. Tendo como pressuposto teórico-filosófico o positivismo, essa tendência,

sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis pré-estabelecidos na sociedade de classes. Para tanto é preciso adaptá-los às normas e aos valores dessa sociedade. (CAVALCANTE, 2007, p.20).

São os valores e normas do capitalismo, portanto, que a escola, no modelo tecnicista, promove. Ela atende, assim, exclusivamente aos interesses do capital e privilegia, dentro dessa lógica os ideais da classe dominante, nesse caso a burguesia, pois, como afirmam Marx e Engels (2009, p.67) na Ideologia Alemã, “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias



dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante”.

Percebemos, diante do exposto até aqui, uma tentativa de impedir que certos dizeres circulem no âmbito escolar. Opera aí, como parte da política do silêncio, o que Orlandi (2007) denomina de silêncio local, que se apresenta como produção do interdito, do proibido:

Esta forma impositiva de silêncio [...] funciona pelo impedimento de determinadas palavras, ou seja, de sentidos que, necessariamente excluídos, interditam aos sujeitos a inserção em uma determinada formação discursiva. (FLORENCIO et al., 2009, p.82).

O princípio de neutralidade defendido pelo Programa Escola sem Partido funciona, assim, como um mecanismo de “neutralização” discursiva. Pelo funcionamento do silêncio local podemos afirmar que o Programa busca censurar – sob a tutela do Estado, entendido como instrumento de dominação de classes cuja função é garantir que os interesses da classe dominante sejam preservados (LESSA, TONET, 2008) – práticas de ensino que se filiem à correntes teóricas que questionem o modelo educacional autoritário que se pretende efetivar. Trata-se de uma retomada da censura em sala de aula e de uma estratégia velada de controle político e ideológico da educação escolar.

Observamos, nessa perspectiva, conforme Orlandi (2009), que em todo dizer há algo que sempre se mantém. Percebemos, por exemplo, uma movência de sentidos entre o PL 193/2016 e discursos produzidos no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Esse processo evoca uma memória que traz novamente à tona sentidos de intolerância, de repressão e de censura, através dos diversos mecanismos utilizados para impedir o debate de questões como gênero, religião e política, por exemplo. Também, ao instituir um canal de denúncia destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento da Lei – Art. 8º, fundamentado na determinação de que “não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente” (BRASIL, 2016, p. 4). Observamos, porém, que ao propor o combate a uma suposta doutrinação político-ideológica no âmbito escolar, é o projeto Escola sem Partido que conserva, paradoxalmente, sentidos e gestos de doutrinação e totalitarismo político.

Compreendemos, portanto, que o discurso produzido pelo ESP é determinado por relações sociais que os sujeitos envolvidos estabelecem em determinadas condições de produção historicamente demarcadas. É, pois, produzido de um lugar social que recruta dizeres marcado pela ideologia dominante. Os efeitos de sentido provocados por esses dizeres, necessariamente inscritos em dadas Formações Discursivas – “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determina, pelo estado da luta de classes, o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, P.160) – são dissimulados, dando a impressão de possuírem sentidos que existem em si mesmos, quando na verdade são orientados por discursos outros (interdiscursos) que denunciam a posição ideológica (dominante) sustentada por quem os emprega.

Podemos evidenciar, dessa forma, que o discurso do ESP silencia as contradições estruturais do capital, apaga o caráter de classe, especificamente no espaço escolar, e revela uma tentativa de



controle dos sentidos no intuito de conservar a ordem vigente. Além disso, o programa, inserido no horizonte político neoliberal, e identificado com a pedagogia tecnicista, limita o ensino à mera transmissão de conhecimento, esvazia o conteúdo crítico do currículo e constrói um ideal pedagógico submisso às leis mercadológicas, cabendo à escola, nesse contexto, o papel de (re)produzir mão de obra dócil, pronta para se adequar a todas às demandas do mercado, sem questionamentos.

Entendemos, nesse sentido, que os dispositivos teóricos e analíticos da AD nos permitem desvelar o discurso produzido pelo Escola sem Partido em seu funcionamento efetivo, isto é, em relação às suas condições de produção, nas práticas sociohistóricas, evidenciando quais contradições sociais possibilitaram a sua objetivação.

REFERÊNCIAS

- BRASÍLIA. Assembleia Legislativa. *Projeto de Lei PL 193/2016*.
- CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. *Qualidade e Cidadania nas Reformas da Educação Brasileira: o simulacro de um discurso modernizador*. Maceió, EDUFAL, 2007.
- FLORÊNCIO, Ana Maria Gama (et al.). *Análise do discurso: fundamentos & práticas*. Maceió: EDUFAL, 2009.
- MAGALHÃES, Belmira. O Sujeito do Discurso: um diálogo possível e necessário. In *Revista Linguagem em (Dis)curso*. Programa de Pós-Graduação em ciências da linguagem Unisul. Vol 3 Especial. Santa Catarina, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1995.
- TONET, Ivo. *Educação contra o capital*. Maceió: Edufal, 2007.